

Política Brasileira (3 créditos)

Professores: Argelina Figueiredo, Fernando Guarnieri, Natalia Maciel

Horário: Terças-feiras, das 9 às 12 horas

Consultas: A combinar com os professores

O objetivo deste curso é estudar as instituições políticas contemporâneas no Brasil. Serão examinados os argumentos teóricos sobre as instituições que caracterizam o sistema político pós-1988 e como eles foram “aplicados” ao Brasil. Será feito também um exame do real funcionamento dessas instituições; sugerimos que na verdade foi desconsiderado o modo pelo qual essas instituições de fato operam e uma visão institucionalista estreita que levou a um diagnóstico equivocado do arcabouço institucional estabelecido pela Constituição de 1988.

Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, as instituições políticas brasileiras foram criticadas por analistas e cientistas políticos. Ames, por exemplo, disse que: “a good part of Brazil’s problems stem from the design of its institutions. (...) they hinder the adoption of policies that deviate from the status quo – that is, policies that innovate. Prominent among these malfunctioning institutions are the electoral system, the rules of party formation, the nature of the presidency, and the separation of power between the government, the states, and municipalities” (2001:267-268).

Essa visão foi reforçada pelas dificuldades experimentadas nos primeiros anos do pós-1988, quando a economia parecia estar desmoronando e o sistema político incapaz de lidar com a situação. Hoje, no entanto, o desempenho do país é considerado bom tanto econômica quanto politicamente. Não obstante, as instituições políticas consideradas culpadas pelo mau desempenho do país no início dos anos 1990 permaneceram, com pequenas mudanças. O que então mudou?

O curso se centra no Brasil, mas as questões serão tratadas de uma perspectiva comparada. Cada um dos sete temas abaixo será objeto de duas aulas, sendo que na primeira um especialista no tema dará uma palestra. Os alunos deverão fazer resenhas de textos (a serem indicados). O trabalho final será combinado no início do curso.

Temas das aulas:

1. Introdução

Instituições Políticas, Democracia e Mudanças em Políticas Públicas: O Sistema Político sob as Constituições de 1946 e 1988

Quais são as principais características dos dois períodos democráticos? Quais são as continuidades e descontinuidades entre eles? É possível tratar esses dois períodos democráticos como tendo o mesmo arcabouço institucional?

2. Representação Proporcional e Sistema Partidário Fragmentado

Quais são as regras para a eleição de legisladores? Como o sistema de representação proporcional de lista aberta molda o sistema partidário? Como ele afeta o comportamento partidário no Congresso, ou a natureza dos laços estabelecidos entre os legisladores e seu eleitorado? A “conexão eleitoral” é similar à observada nos sistemas majoritários? Em que medida as eleições legislativas são centradas nos candidatos ou nos partidos? Regras eleitorais moldam as estratégias de campanha e as políticas que os candidatos eleitos perseguem?

3. Federalismo

Qual a natureza do federalismo brasileiro? Qual é o impacto do federalismo na organização da representação política? Existem desigualdades na representação entre regiões e estados? A desigualdade se traduz em desigualdades na distribuição de recursos? Como o federalismo afeta a capacidade fiscal e administrativa dos Estados?

4. Congresso: estrutura e organização

Como o Congresso é organizado? Como funciona o bicameralismo? Qual o papel do Congresso no processo decisório nacional? Qual o papel dos partidos e das comissões permanentes no processo legislativo? Há diferenças entre a Câmara dos Deputados e o Senado? Os governadores controlam os deputados federais do seu Estado?

5. Presidencialismo de Coalizão

Como funciona o presidencialismo no Brasil? Quão diferente ele é? De que maneira ele difere do sistema “puro” dos Estados Unidos? Como os governos governam sob o presidencialismo brasileiro? Como funcionam os governos de coalizão sob o presidencialismo e em que aspectos são diferentes dos sistemas parlamentares?

6. Cidadania e Participação

Quais são os padrões de participação eleitoral e como evoluíram desde 1945? O que é a “cidadania regulada” e como ela afeta a organização e participação social? Como a “sociedade civil” é organizada? O associativismo é forte? Qual o papel das organizações civis na formulação e implementação de programas sociais?

7. Judiciário e Política

Qual o papel do Judiciário no sistema político brasileiro contemporâneo? Como são suas relações como os poderes Legislativo e o Executivo? O que é judicialização da política? O que é politização da justiça? Pode o Judiciário ser veículo de usos e mobilizações políticas?

Leituras:

1. Introdução: Instituições Políticas, Democracia e Mudanças em Políticas Públicas: O Sistema Político sob as Constituições de 1946 e 1988

Ames, Barry. 2003. *O Impasse na Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Arantes, Rogério B. e Couto, Cláudio G. 2006. “Constituição, Governo e Democracia no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 61, pp. 41-62.

Armijo, Leslie E.; Faucher, Philippe e Magdalena Dembinska. 2006. “Compared to What? Assessing Brazil’s Political Institutions”. *Comparative Political Studies*, vol. 39, nº 6, pp. 759-786.

Hagopian, Frances. 2011. “Paradoxes of Democracy and Citizenship in Brazil”. *Latin American Research Review*, vol. 46, nº 3, pp. 216-227.

2. Representação Proporcional e Sistema Partidário Fragmentado

Braga, Maria do Socorro Sousa; Amaral, Oswaldo do. 2003. “Implicações do Processo de Seleção de Candidatos na Competição Partidária: O Caso Brasileiro”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 46, pp. 33-43.

Calvo, Ernesto e Murillo, Maria Victoria. 2013. “When Parties Meet Voters: Assessing Political Linkages through Partisan Networks and Distributive Expectations in Argentina and Chile”. *Comparative Political Studies*, vol. 46, nº 7, pp. 851-882.

Carey, John e Shugart, Matthew Soberg. 1994. “Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas”. *Electoral Studies*, vol. 14, nº 4, pp. 417-439.

Carreirão, Yan de Souza e Kinzo, Maria D’Alva. 2004. “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, nº 1, pp. 131-167.

Hagopian, Frances; Gervasoni, Carlos e Moraes, Juan Andres. 2009. “From Patronage to Program: The Emergence of Party-Oriented Legislators in Brazil”. *Comparative Political Studies*, vol. 42, nº 3, pp. 360-391.

Huber, John D.; Kernell, Georgia e Leoni, Eduardo L. 2005. “Institutional Context, Cognitive Resources and Party Attachments across Democracies”. *Political Analysis*, 13, nº 4, pp. 365-386.

Mainwaring, Scott. 1999. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

Nicolau, Jairo. 2006. “O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, nº 4, pp. 689-720.

_____. 2002. “Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 45, nº 2, pp. 219-236.

Santos, Fabiano. 2008. "Brazilian Democracy and the Power of 'Old' Theories of Party Competition". *Brazilian Political Science Review*, vol. 21, pp. 57-76.

Samuels, David. 2006. "Sources of Mass Partisanship in Brazil". *Latin American Politics and Society*, vol. 48, nº 2, pp. 1-27.

Zucco, Cesar e Lauderdale, Benjamin E. 2011. "Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 36, nº 3, pp. 363-396.

3. Federalismo

Arretche, Marta. 2006. "Can Federal States Concentrate Authority? Intergovernmental Relations and Social Policies in Brazil". In: S. Costa *et al.* (eds.), *The Plurality of Modernity: Decentring Sociology*. München: Rainer Hampp Verlag, vol. 1, pp. 99-116.

____ e Rodden, Jonathan. 2004. "Política Distributiva na Federação: Estratégias Eleitorais, Barganhas Legislativas e Coalizões de Governo". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, nº 3, pp. 549-576.

Figueiredo, Argelina; Cheibub, José Antônio; Limongi, Fernando. 2009. "Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 52, nº 2, pp. 263-299.

Falleti, Tulia G. 2006. "A Sequential Theory of Decentralization: Latin American Cases in Comparative Perspective". *American Political Science Review*, vol. 99, nº 3, pp. 327-346.

Hiroi, Taeko; Neiva, Pedro. 2013. "Malapportionment and Geographical Bases of Electoral Support in the Brazilian Senate". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 5, pp. 127-150.

Melo, Marcus A. 2005. "O Sucesso inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 48, nº 4, pp. 845-889.

Samuels, David e Mainwaring, Scott. 2004. "Strong Federalism, Constraints on the Central Government, and Economic Reform in Brazil. In: E. L. Gibson (ed.), *Federalism and Democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 85-130.

Soares, Márcia e Neiva, Pedro. 2011. "Federalism and Public Resources in Brazil: Federal Discretionary Transfers to States". *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, nº 2, pp. 94-116.

Souza, Celina. 2002. "Brazil: The Prospects of a Center-constraining Federation in a Fragmented Polity". *Publius. The Journal of Federalism*, vol. 32, nº 2, pp. 23-48.

____. 2003. "Federalismo e Conflitos Distributivos: Disputa dos Estados por Recursos Orçamentários Federais". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 2, pp. 345-384.

Stepan, Alfred. 2004. "Toward a New Comparative Politics of Federalism, Multinationalism, and Democracy: Beyond Rikerian Federalism". In: E. L. Gibson (ed.), *Federalism and Democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 29-84.

4. Congresso: Estrutura e Organização

Almeida, Acir e Santos, Fabiano. 2009. “Urgency Petitions and the Informational Problem in the Brazilian Chamber of Deputies”. *Journal of Politics in Latin America*, vol. 1, nº 3, pp. 81-110.

Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. 1995. “Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 175-200.

_____. 2002. “Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 45, nº 2, pp. 303-344.

Lemos, Leany. 2001. “O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 44, nº 3, pp. 561-605.

Neiva, Pedro. 2011. “Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, nº 2, pp. 289-318.

RICCI, Paolo. 2003. “O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais?” *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 4, pp. 699-734.

Santos, Fabiano. 2006. “Organización y Proceso Legislativo en el Presidencialismo Brasileño”. *Política*, vol. 47, pp. 71-97.

____ e Amorim Neto, Octavio. 2003. “O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 4, pp. 661-698.

5. Presidencialismo de Coalizão

Alston, L.; Melo, M. A.; Mueller, B. e Pereira, C. 2009. “Presidential Power, Fiscal Responsibility Laws, and the Allocation of Spending: The Case of Brazil”. In: M. Hallerberg; C. Scartascini e E. Stein (orgs.), *Who Decides the Budget: A Political Economy Analysis of the Budget Process in Latin American*. Cambridge: Harvard University Press, vol. 1, pp. 59-90.

Chasquetti, Daniel. 2001. “Democracia, Multipartidarismo y Coaliciones en América Latina: Evaluando la Difícil Combinación”. In: J. Lanzaro (org.), *Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 319-359.

Cheibub, José Antonio; Przeworski, Adam e Saiegh, Sebastian. 2004. “Government Coalitions and Legislative Success under Parliamentarism and Presidentialism”. *British Journal of Political Science*, vol. 34, pp. 565-587.

Cox, Gary e Morgenstern, Scott. 2002. “Epilogue: Latin America’s Reactive Assemblies and Proactive Presidents”. In: S. Morgenstern e B. Nacif (orgs.), *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 446-468.

Figueiredo, Argelina. 2007. “Coalition Government in Brazilian Democracy”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 2, pp. 182-216.

- _____. 2008. “Instabilidade Política no Primeiro Governo Lula: Conflito Partidário, Ideologia e Instituições”. In: M. R. Soares de Lima (org.), *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul*, Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, pp. 47-65.
- _____ e Limongi, Fernando. 2007. “Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira”. In: C. Ranulfo (org.), *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, pp. 147-198.
- Mainwaring, Scott. 1993. “Presidentialism, Multipartyism and Democracy: The Difficult Combination”. *Comparative Political Studies*, vol. 26, nº 2, pp. 198-228.
- _____ e Shugart, Matthew. 1997. *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 393-437.
- Pereira, Carlos e Melo, Marcus André. 2012. “The Surprising Success of Multiparty Presidentialism”. *Journal of Democracy*, vol. 23, pp. 156-170.
- Raile, Eric; Pereira, Carlos e Power, Timothy. 2011. “The Executive Toolbox: Building Legislative Support in Multiparty Presidential Regime”. *Political Research Quarterly*, vol. 64, pp. 323-334.
- Pereira, Carlos e Mueller, Bernardo. 2002. “Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 45, nº 2, pp. 265-301.

6. Cidadania e Participação

- Avritzer, Leonardo. 2012. “The Different Designs of Public Participation in Brazil: Deliberation, Power Sharing and Public Ratification”. *Critical Policy Studies*, vol. 6, nº 2, pp. 113-127.
- _____. 2010. “Living under a Democracy: Participation and Its Impact on the Living Conditions of the Poor”. *Latin American Research Review*, vol. 45, pp. 166-185.
- _____. 2008. “Civil Society, Participatory Institutions, and Representation”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 4, special issue. [reprinted from “Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação (2007), vol. 50, nº 3, pp. 443-464.
- Carvalho, J. M. 2004. *Ciudadanía en Brasil: El Largo Camino*. 1. ed. Havana: Casa de las Américas.
- Coelho, Vera Schattan P. 2007. “Brazilian Health Councils: Including the Excluded?”. In: A. Cornwall e V. Coelho (orgs.), *Spaces for Change?* London, Zed Books, pp. 33-54.
- Cornwall, Andrea e Coelho, Vera Schattan P. 2008. “New Democratic Spaces and the Politics of Inclusion”. *Participation and Governance*, vol. 1, nº 1, pp. 1-21.
- Pogrebinschi, Thamy. 2012. “Participation as Representation: Democratic Policymaking in Brazil”. In: M. Cameron; E. Hershberg; K. Sharpe (eds.), *New Institutions for Participatory Democracy in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 53-74.

- ____ e Santos, Fabiano. 2011. “Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, nº 1, pp. 21-47.
- Pogrebinschi, Thamy e Samuels, David. 2014. “The Impact of Participatory Democracy: Evidence from Brazil’s National Public Policy Conferences”. *Comparative Politics*, vol. 46, nº 3, pp. 313-332.
- Melo, Marcus A. 2009. “Democratizing Budgetary Institutions and Execution in Brazil: More Participation or Redesign of Formal Institutions?”. In: A. Seele e E. Peruzzotti (eds.), *Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press/Wilson Center, pp. 17-40.
- Santos, Wanderley Guilherme dos e Figueiredo, Argelina (coords.). 2005. “Cidadania e Participação”. In: F. Rezende e P. Tafner (eds.), *Brasil: O Estado de uma Nação*. Brasília: IPEA, pp. 115-156.

7. Judiciário e Política

- Cittadino, Gisele. 2003. “Judicialização da Política, Constitucionalismo Democrático e Separação de Poderes”. In: L. Werneck Vianna (ed.), *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 17-41.
- Vianna, Luiz Werneck *et al.* 1999. *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Vieira, Oscar Vilhena. 2008. “Supremocracia”. *Revista Direito GV*, vol. 4, nº 2, pp. 441-463.
- Scheingold, Stuart. 2004. *The Politics of Rights. Lawyers, Public Policy and Political Change*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Commaille, Jacques; Dumoulin, Laurence; Robert, Cécile (orgs.). 2010. *La Juridicisation du Politique. Leçons Scientifiques*. Paris: LGDJ.
- Commaille, Jacques e Kaluszynski, Martine (orgs.). 2007. *La Fonction Politique de la Justice*. Paris: La Découverte.
- Pogrebinschi, Thamy. 2011. *Judicialização ou Representação? Política, Direito e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.